

CIDADANIA CLIMÁTICA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Michelle Carneiro Razanauskas Miele¹

Palavras-chave: mudanças climáticas ; Cidadania Climática ; Sustentabilidade ; impactos ; Mitigação .

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre as mudanças climáticas, mas é crucial incluir o conceito de cidadania climática, que representa a responsabilidade e o compromisso de indivíduos e da sociedade no combate às alterações climáticas. Isso envolve práticas conscientes e sustentáveis que buscam preservar o meio ambiente e assegurar um futuro sustentável para o planeta. O princípio fundamental é que cada pessoa desempenha um papel na redução dos impactos climáticos e na construção de um mundo mais sustentável.

Quando se fala em cidadania, refere-se aos direitos e deveres que uma pessoa possui como integrante de uma sociedade, especialmente em relação ao Estado. Os governos devem atuar para minimizar os efeitos das mudanças climáticas, com foco especial nas populações mais vulneráveis, mas essa tarefa também precisa do apoio e engajamento da sociedade.

Como objetivo discutir a cidadania climática e os efeitos das mudanças climáticas na população mais vulnerável, destacando como essas comunidades vivenciam os impactos de forma mais intensa, é essencial para compreender o cenário atual. Como foco de estudo, é importante enfatizar a implementação de ações cotidianas que ajudem a reduzir esses efeitos e mitigar os danos, visando promover o desenvolvimento sustentável de maneira inclusiva, beneficiando a todos.

2 OBJETIVOS

Assim, o objetivo deste resumo é falar sobre a cidadania climática e as mudanças climáticas como a classe social mais desfavorecida vivencia o impacto, como objeto de estudo reforçar ações cotidianas para minimizar e mitigar para promover o desenvolvimento sustentável para todos.

¹ Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela Universidade Estadual Paulista. E-mail: michelle.miele@unesp.br <http://lattes.cnpq.br/7864997220646301>;

3 METODOLOGIA

As mudanças climáticas têm gerado os mais diversos efeitos para as populações, sobretudo aquelas com menos condições socioeconômicas, e os ecossistemas, exigindo estratégias de adaptação climática por parte dos planejadores urbanos e dos formuladores de políticas públicas (Ipcc, 2023).

Os impactos climáticos estão diretamente relacionados à cidadania, pois os cidadãos têm direitos e deveres no que diz respeito à proteção e preservação do meio ambiente. As mudanças climáticas afetam a qualidade de vida, a saúde pública, a segurança alimentar e os recursos naturais, o que exige uma atuação coletiva e consciente.

Assim, a cidadania climática envolve a responsabilidade de cada indivíduo em contribuir para a proteção do planeta, exigindo também mudanças em políticas públicas e comportamentos coletivos

O Brasil, com suas dimensões continentais e diversidade climática, enfrenta desafios na coleta de dados climáticos de longo prazo. O ciclo das chuvas sofre variações interanuais, resultando em secas ou chuvas excessivas. Os oceanos têm um papel crucial no equilíbrio climático, e o aumento do calor oceânico e do nível do mar são sinais claros do aquecimento global. Esforços recentes têm reavaliado dados históricos para obter interpretações mais confiáveis. As mudanças climáticas devem impactar os ecossistemas terrestres e aquáticos do Brasil, como a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica. A elevação da temperatura no Sudeste pode aumentar a respiração e decomposição, liberando mais carbono e nitrogênio para a atmosfera (Ambrizzi, 2014).

O Protocolo de Kyoto, estabelecido durante a conferência da Convenção do Clima e implementado em 2005, é baseado na hipótese de que o aquecimento global, causado pelos gases que bloqueiam a radiação de onda longa (como dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e ozônio), poderia ser controlado por meio de um compromisso internacional de redução gradual dessas emissões. Além disso, apoia-se em um princípio ético de responsabilidade compartilhada na proteção do meio ambiente. Já se prevê uma fase pós-Kyoto, em que países emergentes, como Brasil, Índia, China e México, terão aumentado significativamente suas emissões, possivelmente superando alguns países desenvolvidos. No Brasil, o desmatamento e a queima de florestas tropicais são grandes contribuintes para o aumento dessas emissões (Conti, 2005).

As mudanças climáticas afetam de forma desproporcional as populações mais vulneráveis, especialmente as classes menos favorecidas, devido à sua falta de recursos e infraestrutura. Essas comunidades sofrem mais com desastres naturais, como enchentes e deslizamentos, enfrentando dificuldades de recuperação por falta de seguros e assistência. Além disso, a insegurança alimentar

aumenta com a escassez de alimentos e elevação dos preços, enquanto problemas de saúde se agravam pela falta de acesso a serviços médicos e pela poluição. Deslocamentos forçados e dificuldades de acesso à água potável e energia limpa também são comuns. Economicamente, essas populações são prejudicadas pela perda de empregos em setores sensíveis ao clima, e as desigualdades econômicas e ambientais se ampliam, deixando-as mais marginalizadas. A justiça ambiental, que visa proteger essas comunidades, muitas vezes é negligenciada.

As classes menos favorecidas sofrem mais com as mudanças climáticas porque têm menos capacidade de se adaptar, menos acesso a recursos, e são frequentemente negligenciadas nas políticas de mitigação e adaptação climática. Isso agrava as desigualdades sociais e econômicas já existentes.

É preciso aplicar a cidadania climática envolvendo ações cotidianas e participação ativa em iniciativas que visam minimizar os impactos ambientais e mitigar as mudanças climáticas, tais como:

1. Mudanças no estilo de vida

- Redução do consumo de energia: Usar aparelhos eficientes, apagar luzes quando não forem necessárias e optar por fontes renováveis de energia.
- Transporte sustentável: Usar bicicleta, caminhar, usar transporte público ou veículos elétricos para reduzir a emissão de gases de efeito estufa.
- Consumo consciente: Evitar o desperdício de água e alimentos, comprar produtos de empresas sustentáveis e reduzir o uso de plásticos.

2. Participação ativa

- Engajamento político: Apoiar e votar em candidatos comprometidos com a agenda climática e pressionar governos para implementarem políticas ambientais rigorosas.
- Iniciativas locais: Participar de projetos comunitários de reflorestamento, reciclagem ou limpeza de rios e praias, ajudando a cuidar do meio ambiente ao redor.

3. Educação e conscientização

- Informar-se: Manter-se atualizado sobre questões climáticas, ler sobre soluções sustentáveis e divulgar essas informações em redes sociais ou grupos locais.
- Educar outros: Ensinar familiares, amigos e a comunidade sobre a importância da preservação ambiental e como pequenas ações podem fazer a diferença.

4. Apoio a empresas sustentáveis

- Economia circular: Dar preferência a empresas que utilizam práticas sustentáveis, como produtos recicláveis, processos menos poluentes e que investem em projetos de compensação de carbono.

- Investimentos responsáveis: Optar por investir ou consumir de empresas e fundos que incentivam o desenvolvimento sustentável e têm compromisso com práticas éticas.

5. Voluntariado e ativismo

- Organizações ambientais: Juntar-se a ONGs ou movimentos globais que lutam contra as mudanças climáticas.
- Manifestos e petições: Participar de campanhas e protestos para pressionar governos e empresas a adotarem práticas sustentáveis.

6. Apoio à ciência e inovação

- Incentivar a pesquisa: Apoiar e financiar pesquisas que buscam soluções para os problemas climáticos, como novas formas de energia limpa, técnicas de agricultura sustentável e a conservação da biodiversidade.
- A cidadania climática exige um compromisso contínuo com o meio ambiente, promovendo uma cultura de sustentabilidade tanto no nível pessoal quanto no comunitário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entanto, é perceptível a presença de um conjunto de desafios causado pelas mudanças climáticas globais em curso, o que pode contribuir para a construção de um debate mais amplo e forte sobre ações e políticas públicas em nível local para responder a tal problema e, assim, reduzir as condições de vulnerabilidade e situações de risco de eventos adversos, como por exemplo, inundações, incêndios, escassez hídrica e outros (Teixeira,2020).

Sendo assim, se confirma a hipótese de que a capacidade de adaptação urbana às mudanças climáticas depende sim de um governo local que priorize as questões do clima em sua agenda urbana (Teixeira,2020).

Observa-se que as pessoas têm procurado atuar para reduzir os impactos climáticos, com mudanças como: adotando uso de bike, uso do transporte coletivo ou carona solidária, redução de desperdício, uso de menos plástico, participação em campanhas socioambientais. Mas para ter um efeito significativo, precisa que toda sociedade participe e o governo local apoie e implante mais iniciativas.

Existe urgência de uma ação climática integrada a curto prazo, pois a mudança climática é uma ameaça ao bem-estar humano e à saúde planetária. Há uma janela de oportunidade se fechando rapidamente para garantir um futuro habitável e sustentável para todos. O desenvolvimento resiliente

ao clima integra adaptação e mitigação para promover o desenvolvimento sustentável para todos, e é possibilitado pelo aumento da cooperação internacional, incluindo melhor acesso a recursos financeiros adequados, particularmente para regiões, setores e grupos vulneráveis, e governança inclusiva e políticas coordenadas. As escolhas e ações implementadas nesta década terão impactos agora e por milhares de anos (Ipcc,2023).

Conclui-se que a ação climática eficaz deve ser possibilitada pelo comprometimento político, governança multinível bem alinhada, estruturas institucionais, leis, políticas e estratégias e acesso aprimorado a financiamento e tecnologia. Metas claras, coordenação entre vários domínios de políticas e processos de governança inclusivos facilitam a ação climática eficaz. Instrumentos regulatórios e econômicos podem apoiar reduções profundas de emissões e resiliência climática se ampliados e amplamente aplicados (Ipcc,2023).

REFERÊNCIAS

AMBRIZZI, Tércio, Moacyr Araujo. **Base Científica das Mudanças Climáticas**. Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Rio de Janeiro, 2014 – Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&authuser=2&q=MUDAN%C3%87AS+CLIMATICAS&btnG= Acesso em: 04.10.2024

CONTI, José Bueno . **Considerações sobre as mudanças climáticas globais**. Revista do Departamento de Geografia, 2005. página 70-75.70

IPCC – **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas**. Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg2/> Acesso em: 04.10.2024

IPCC - **Relatório de síntese AR6 Mudanças Climáticas 2023 . AR6 Synthesis Report: Climate Change 2023** Cambridge: Cambridge University Press, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/> Acesso em: 04.10.2024

TEIXEIRA. Rylanneive Leonardo Pontes . Artigo **Mudanças climáticas, experimentação de políticas públicas e capacidade adaptativa na cidade de Curitiba/PR-Brasil**. 2020, INTER-LEGERE | Vol 3, n. 27/2020: c 18712